

Leituras da escravidão: Manoel Bomfim e os males de origem.

Hilton Costa,
NEAB/UFPR.

A escravidão e o sistema escravista são temas, tópicos recorrentes à historiografia brasileira. Esta recorrência denota entre outros fatores certa centralidade dos temas à compreensão da formação histórica do Brasil e, mais do que isso, indica como essas temáticas são essenciais na construção de uma história do Brasil. Assim, inúmeros autores e autoras se dedicaram ao tema. Com efeito, foca-se aqui a produção realizada no início do século XX, mais especificamente a realizada pelo ensaísta sergipano Manoel Bomfim no texto *A América Latina, Males de Origem*.

Manoel Bomfim nasceu em 8 de agosto de 1868 em Aracaju, na então província de Sergipe, oriundo de uma família de proprietários rurais. Ele chegou a trabalhar no engenho da família, porém algum tempo depois se transferiu para a Bahia a fim de estudar medicina, curso que concluiu no Rio de Janeiro em 1890, retornando ao Sergipe em seguida. Após problemas familiares, segue novamente ao Rio de Janeiro e neste momento troca a medicina pela pedagogia, pelo ensino – carreira que seguirá até o fim de sua vida em 22 de abril de 1932.¹

A escolha da obra *A América Latina, Males de Origem*, de 1905, como fonte se deve ao fato de ser seu autor considerado um *outsider* dentro do pensamento brasileiro, não só em seu próprio tempo como na posterioridade. Contudo, na leitura deste texto, especificamente no tocante à escravidão, percebe-se um Bomfim bastante perto daquilo que é possível denominar de pensamento hegemônico. Tal situação foi ponto de partida para observar mais proximamente a obra de Bomfim em comparação com uma das obras inseridas naquilo cá denominado de pensamento hegemônico, a obra *O Abolicionismo* de Joaquim Nabuco. Com efeito, segue-se aqui uma breve análise da posição do autor dentro do pensamento nacional, seguida de uma observação acerca do conceito através do qual ele pensa a escravidão, o parasitismo “social” e, por fim, uma comparação entre a leitura da escravidão de Bomfim e Nabuco.

¹ BOMFIM, Luís Paulino. Pequena biografia de Manoel Bomfim In: BOMFIM, Manoel. **A América Latina, males de origem**. 4.^a ed. Rio de Janeiro : Topbooks, p 355-358.

Dentro ou fora? O pensamento de Manoel Bomfim e sua época.

A obra *A América Latina, Males de Origem* é publicada em 1905, porém, ela teria sido escrita dois anos antes, em 1903, quando da estada do autor na França para fins de estudo.² Portanto, ela está, evidentemente, inserida nos limites de seu tempo, dialogando com o referencial teórico disponível e válido à época. Desta feita, é possível perceber de forma menos rancorosa suas analogias, homologias e metáforas biológicas, enfim, suas comparações entre o “organismo vivo” – biológico – e o organismo social não eram descabidas naquele período. Bomfim segue um estilo a fazer lembrar o de Émile Durkheim neste sentido. Um aspecto importante do texto bomfiniano é a forte influência teórica francesa, característica que ele compartilha com inúmeros contemporâneos seus. Muito provavelmente sua divergência com o pensamento hegemônico resida na forma como ele utiliza essa teoria.

Aluizio Alves Filho, por exemplo, indica a utilização diferenciada do referencial teórico disponível à época como o ponto de ruptura de Bomfim com a maioria de seus contemporâneos. Alves Filho analisa a obra de Bomfim, especialmente *A América Latina, Males de Origem*, na condição de um texto, de uma reflexão posta na contra corrente daquilo que estava em voga. Resumidamente, o pensamento social brasileiro estava fortemente influenciado pelas doutrinas deterministas, dentre estas cabe destaque ao racismo. Alves Filho lança mão, então, da expressão elaborada por Nelson Werneck Sodré para caracterizar este pensamento hegemônico no Brasil da virada do século XIX para o século XX. A forma de pensar em questão seria uma ideologia do colonialismo. A ideologia do colonialismo se refere à adoção, à incorporação por parte dos povos colonizados da visão de mundo proposta/imposta pelos colonizadores. No caso da América Latina isso significa, entre outros fatores, internalizar a inferioridade

² ALVES FILHO, Aluizio. **Pensamento político no Brasil. Manoel Bomfim um ensaísta esquecido.** Rio de Janeiro : Achiamé/Socii, 1979.

_____. **Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical.** São Paulo : Expressão Popular, 2008.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, “pensador da História” na Primeira República. In. **Revista Brasileira de História.** São Paulo : ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 23, n.º 45, 2003. p. 129-154.

do povo, adotando os critérios racialistas e também as idéias referentes à “degeneração” provocada no ser humano pelo meio tropical.³

Alves Filho busca expor como era divergente o pensamento de Bomfim exemplificando que ao invés de buscar no povo mestiço ou no meio tropical as responsabilidades pelo “atraso” do Brasil, ele apontaria para as elites dirigentes como as reais culpadas. Culpadas pela inabilidade de gerenciar o país, por negligenciar aspectos básicos para a construção de um país. O aspecto mais básico para Bomfim, na indicação de Alves Filho, seria a educação, especialmente a popular. E uma educação diferente da “educação bacharelesca”, que na visão de Bomfim era a vigente.

Com relação à inaptidão das elites brasileiras em conduzir o país, Bomfim não era o único crítico. É possível localizar alguns outros representantes desta postura crítica. Provavelmente o mais contundente, neste sentido, tenha sido Alberto Torres e é possível localizar certa proximidade entre estes dois autores. Especialmente na já mencionada crítica as elites dirigentes, bem como na “absolvição” do povo da responsabilidade pelo “atraso” do Brasil. Em 1914 Alberto Torres afirmava em *O problema nacional brasileiro* que o corpo não comanda o cérebro e sim o contrário, logo, em uma sociedade, quem comanda são as elites, nunca o povo. Se as coisas não seguem conforme o esperado não se poderia culpar o povo. Afirma Torres que

Os povos têm sido moldados à imagem e semelhança de seus chefes, de seus padres e de seus sábios.

É erro imputar aos povos, na crítica dos acontecimentos sociais, responsabilidade dos desvios da evolução e esperar a iniciativa de reformas e movimentos reparadores. O corpo alimenta; não inspira, nem dirige, o cérebro.⁴

Este tipo de argumento torna visível tanto os pontos de aproximação quanto de distanciamento entre Torres e Bomfim. O primeiro se mostra preocupado com aquilo que se poderia denominar de formação das elites, ou seja, em grande medida, as soluções para a “reorganização” do país sugeridas por Torres são na verdade voltadas

³ ALVES FILHO, Aluizio. **Pensamento político no Brasil. Manoel Bomfim um ensaísta esquecido.** Rio de Janeiro : Achiamé/Socii, 1979.

_____. **Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical.** São Paulo : Expressão Popular, 2008.

SODRÉ, Nelson Werneck. **A ideologia do colonialismo. Seus reflexos no pensamento brasileiro.** 2. ed.. Rio de Janeiro : Editora Civilização Brasileira, 1965.

⁴ TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro : introdução a um programa de organização nacional.** 4.^a ed.. São Paulo : Editora Nacional ; Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1982. p.116-117.

para a reforma das elites. Estas, dotadas de uma nova visão, abandonando, por exemplo, o racialismo, deveriam conduzir o país para o progresso. Por sua vez, a proposta bomfiniana, que também pode ser pensada em termos de uma “reorganização” do país, parte da outra extremidade da sociedade, ou seja, da educação popular. O investimento no povo seria o ponto de partida para o rompimento com o “atraso”. Nesta direção, Bomfim, ao propor e incentivar o investimento na “instrução popular”, faz lembrar das indicações de Joaquim Nabuco sobre os procedimentos a serem tomados no pós-abolição.⁵

Apesar dessas proximidades mencionadas, Bomfim é considerado pelos autores e autoras que vêm nas duas últimas décadas recuperando sua obra como uma espécie de *outsider* do pensamento social brasileiro. Os motivos desta situação indicam vários autores e autoras, estaria em sua posição contra hegemônica.

Alves Filho, ao fazer um balanço das avaliações que *A América Latina, Males de Origem*, recebeu dos contemporâneos de Bomfim, aponta que praticamente todas eram negativas. Alves Filho utiliza tal informação para enfatizar a posição não hegemônica do pensamento bomfiniano e a reforça ao indicar que avaliações posteriores tendem a diminuir a relevância da obra de Bomfim.⁶ Rebeca Gontijo, ao trabalhar as considerações bomfinianas sobre a história e a produção historiográfica brasileira, também o percebe num sentido divergente daquilo que vinha sendo discutido em termos de pesquisa histórica à época.⁷ De fato, a obra do ensaísta sergipano foi posta de lado por mais de cinquenta anos.

O posicionamento teórico de Bomfim demonstra certa discordância das matrizes hegemônicas ou da matriz hegemônica daquele momento, contudo, será ele de fato um *outsider*? Além dos elementos já mencionados, ainda existem alguns outros que colaboram na sustentação desta tese, por exemplo: em *A América Latina, Males de Origem* existem inúmeras questões retomadas por outros autores contemporâneos de Bomfim e que não fazem menção ao seu trabalho. Autores que retomam pontos centrais

⁵ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.

⁶ ALVES FILHO, Aluizio. **Pensamento político no Brasil. Manoel Bomfim um ensaísta esquecido**. Rio de Janeiro : Achiamé/Socii, 1979.

_____. Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical. São Paulo : Expressão Popular, 2008.

⁷ GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, “pensador da História” na Primeira República. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo : ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 23, n.º 45, 2003. p. 129-154.

à sua discussão como, o caráter, o tipo de colonização realizada pelos povos ibéricos mundo a fora e em especial na América, o cadinho de raças, etc.. Não obstante, só recentemente a obra de Manoel Bomfim está sendo observada com a maior atenção e vigor.

Entretanto, ao se observar a construção do argumento bomfiniano, percebe-se que ele não é tão *outsider* assim, ao menos no que diz respeito ao tipo de análise realizada sobre a escravidão e o regime escravista. Neste campo, sua leitura, apesar de inovar em vários pontos, acaba em última instância coadunando com outras explicações inseridas no pensamento hegemônico. O agir parasitário proposto por Bomfim era algo já trabalhado por outros autores no que diz respeito à sua essência, ou seja, à lógica do não trabalho. Tal lógica é analisada por Bomfim através do conceito de parasitismo “social”, assim o entendimento do conceito de parasitismo “social” é fundamental para compreender a leitura do autor do regime escravista e da escravidão.

Os parasitas e os parasitados ou a lógica de formação da América segundo Manoel Bomfim.

A análise de Bomfim da trajetória latino-americana é construída com base numa argumentação possível de ser pensada como sócio-histórica. Sócio-histórica porque, para o autor, compreender a situação dos países latino-americanos no início do século XX exigiria o entendimento dos períodos anteriores destas sociedades, destes mesmos países, assim sendo, ele se justifica:

Procedamos como procederia um sociólogo avisado; analisemos este passado, e vejamos até que ponto por ele se explicam os vícios atuais, até que ponto os vícios atuais derivam da herança e educação recebida. Estudemos as condições sociais e políticas, o caráter e as tradições dos povos que formaram as nacionalidades sul-americanas; estudemos os processos que presidiam à constituição primeira destas sociedades. Acaso estarão aí as origens destes vícios – dos maus hábitos, que hoje tanto pesam sobre estes povos infelizes. Vejamos como formaram costumes políticos, reconhecidamente maus, de que somos implacavelmente acusados.⁸

O ensaísta sergipano busca na colonização ibérica as bases da situação latino-americana à sua época, demonstrando de certo o modo sua adesão a um tipo de metodologia sócio-histórica. E ao mesmo tempo evidencia-se a presença do

⁸ BOMFIM, Manoel. **Op. Cit.** p. 53-54.

evolucionismo em suas considerações, novamente ele se pondo de acordo com o pensamento hegemônico.

Dentro desta “metodologia”, Bomfim desenvolveu um conceito para efetivar tal investigação: o parasitismo. A metáfora advém das ciências biológicas, Bomfim versa que nas sociedades humanas existem grupos parasitados e grupos parasitários e que, como na biologia, os primeiros sustentam os segundos. Porém, ele está atento para as implicações de tal conceituação fundada neste tipo de metáfora e diz:

Está um tanto desacreditado, em sociologia, esse vício de assimilar, em tudo e para tudo, as sociedades aos organismos biológicos. Muito se tem abusado deste processo de crítica, cujo vício, em verdade não consiste em considerar as sociedades – digamos – os grupos sociais – como organismos vivos, sujeitos por conseguinte, a todas as leis que regem a vida e a evolução dos seres, mas em considerá-los como simples organismos biológicos.⁹

Bomfim indica a não adequação da simples transposição, acrítica, de postulados das ciências biológicas para as humanas, porém ele concorda com a possibilidade do estabelecimento de “leis fatais” que regem o desenvolvimento das sociedades.¹⁰

Assim, após identificar ao leitor o porquê da metáfora biológica, o autor segue por ela para explicar o conceito de parasitismo. O parasitismo “social” é uma forma de organização social donde um grupo ou uma sociedade vive da exploração de outros grupos e/ou sociedades. Ou seja, um grupo vive à custa de um “hospedeiro” e tal prática, além de degenerar o organismo parasitado, o “hospedeiro”, também resulta na degeneração do parasita, pois este perde a capacidade de viver por si próprio.¹¹

Com efeito, para Manoel Bomfim a colonização da América Latina se deu dentro da lógica do parasitismo, os países ibéricos viviam absolutamente da exploração de suas colônias, especialmente as americanas. E esse procedimento, esse viver “parasitário”, seria algo ancestral aos países ibéricos. Argumenta Bomfim que Portugal e Espanha se formaram com base num *ethos* da guerra, do saque, da pilhagem. E este *ethos* teria conduzido sua ação colonial, ou seja, esta teria se pautado numa “ética da aventura”.¹² Diferentemente, então, dos escritos posteriormente elaborados por Sérgio Buarque de Holanda que percebe está “ética” da aventura como característica da

⁹ BOMFIM, Manoel. **Op. Cit.** p. 51.

¹⁰ BOMFIM, Manoel. **Op. Cit.** p. 51-52.

¹¹ BOMFIM, Manoel. **Op. Cit.** p. 53-65.

¹² BOMFIM, Manoel. **Op. Cit.** p. 67-103.

colonização lusitana na América¹³, Bomfim a estende à colonização ibérica como um todo. Para o ensaísta sergipano a lógica colonial ibérica, transmitida como herança cultural aos países latino-americanos, estaria presente no seguinte raciocínio: “(...) tais homens são incapazes de acompanhar os fenômenos até sua origem, e por isso pretendem colher os frutos, sem preparar a sementeira (...)”.¹⁴

Tal fenômeno típico, para Bomfim, do *ethos* guerreiro, do saque, da pilhagem, na passagem ao sedentarismo se revelaria no parasitismo, donde vigoraria o saque, a pilhagem do trabalho alheio – a escravidão. Essa seria o marco central da lógica parasitária numa sociedade sedentária.

Escravidão, um mal de origem?

Com efeito, seguindo a argumentação de Bomfim é bastante plausível localizar a idéia da escravidão como um dos males de origem da América Latina. E nisto sua leitura da escravidão e do regime escravista é muito próxima àquela realizada, entre outros autores, por Joaquim Nabuco.

Bomfim está definitivamente preocupado com os “efeitos” da escravidão sobre a constituição do país, como ela impõe à nação uma lógica parasitária. Pois, “só o escravo trabalhava, só ele era produtivo (...). E com isto resultou que o trabalho foi considerado, cada vez mais como coisa vil, infamante. O ideal para todos era viver sem nada fazer – ter escravos e à custa deles passar a vida e enriquecer. Este ideal aí persiste como tradição.”¹⁵ Este ideal de viver, enriquecer sem nada fazer é a lógica do não trabalho, a lógica parasitária. O estabelecimento da lógica parasitária seria de acordo com o ensaísta sergipano o grande legado da escravidão ao país e este estaria vinculado a outros efeitos perniciosos.

Por sua vez, Nabuco também vai nesta direção, para ele:

Escravidão e indústria são termos que se excluíram sempre, como escravidão e colonização. O espírito da primeira se espalhando, mata cada uma das faculdades humanas, de que provém a indústria: a iniciativa, a invenção, a energia individual; e cada um dos elementos de que ela precisa: a associação de capitais, a abundância de trabalho, a educação técnica dos operários, a confiança no futuro.¹⁶

¹³ HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26.^a ed. São Paulo : Cia. das Letras, 1995.

¹⁴ BOMFIM, Manoel. **Op. Cit.** p. 183

¹⁵ BOMFIM, Manoel. **Op. Cit.** p.132.

¹⁶ NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. p. 157.

As considerações de Nabuco são da mesma ordem daquelas propostas por Bomfim, ou seja, a escravidão era, para ambos, pernicioso devido ao *ethos* que ela legou ao país. Com efeito, Bomfim segue as premissas que já estavam em Nabuco e em outros.

Os denominados efeitos perniciosos da escravidão se constituíram tema central para Bomfim, assim como também fora para Nabuco. Ao disseminar a lógica do não trabalho, a escravidão construiu uma visão pejorativa do trabalho, especialmente do trabalho mecânico. Visão negativa disseminada em todos os setores da sociedade, levando os indivíduos a buscarem sempre que possível meios de sobreviver e viver pelo não trabalho (mecânico).

A escravidão, por estabelecer esta lógica, é vista pelos autores em questão como uma das, senão a principal, razão do “atraso” do Brasil. Diferentes na narrativa, porém muito semelhantes no discurso, Bomfim e Nabuco buscam demonstrar como a escravidão influenciou, negativamente, a América Latina (no caso de Nabuco o Brasil), como ela deixou seu legado de “atraso”. Bomfim afirma que

A escravidão na América, com o ser de uma perturbação à evolução normal do trabalho – já que era, geralmente, livre e pacífico, em todo o Ocidente (deixemos de lado, por ora, a moral e a justiça) – a escravidão produziu aqui males especiais. Estabelecidos em terras feracíssimas (sic), ou em face da mina, e não tendo outro intuito que o lucro imediato, o colono encontrou na escravidão o processo sonhado: algumas centenas de escravos e um chicote para cada turma – eis tudo que lhe era preciso. Ele não tinha que apurar a inteligência, nem desenvolver atividade.¹⁷

Assim, o autor denota a escravidão na América como “uma perturbação à evolução”, ou seja, ela é algo posto a bloquear o desenvolvimento, para o pensamento da época, a evolução, e também a estancar o empreendedorismo do colono. Nabuco, à sua maneira, também trata a escravidão como algo contrário à “evolução”, por pertencer a estágios anteriores da trajetória humana. “De fato, a escravidão pertence ao número das instituições fósseis, e só existe em nosso período social numa porção retardatária do globo, que escapa por infelicidade sua à coesão geral. (...) a escravidão é um fato que não pertence naturalmente ao estádio a que já chegou o homem.”¹⁸

¹⁷ BOMFIM, Manoel. **Op. Cit.** p.130

¹⁸ NABUCO, Joaquim. **Op. cit.** p. 108.

De outro lado, Nabuco, além da análise vista há pouco, também coloca que a escravidão “atrasaria” o país porque ela absorvia a maior parte dos capitais disponíveis no país. Assim, ao analisar a importação de escravos diz ele que:

O poder, porém, do tráfico era irresistível e até 1851 não menos de um milhão de africanos foram lançados em nossas senzalas. A cifra de cinquenta mil por ano não é exagerada. Mais tarde, teremos que considerar a soma que o Brasil empregou desse modo. Esse milhão de africanos não custou menos de quatrocentos mil contos. Desses quatrocentos mil contos que sorveram as economias da lavoura durante vinte anos, cento e trinta e cinco mil contos representam a despesa total dos negreiros, e duzentos sessenta mil os seus lucros. Esse imenso prejuízo nacional não foi visto durante anos pelos nossos estadistas, os quais supunham que o tráfico enriquecia o país.¹⁹

Desta análise, percebe-se a crítica à escravidão como indicado por ela absorverem capitais e gerar lucro somente aos traficantes, nunca ao país. Isso era então tratado como evidente prova do “atraso” gerado pela escravidão. Além disso, a prática do escravismo traria em si mesma a ruína ou, numa expressão bomfiminiana: o parasita e o parasitado destruindo-se mutuamente.

É assim nas províncias do Norte a escravidão se liquidou, ou está liquidando, pela ruína de todas as suas antigas empresas. O ouro realizado pelo açúcar foi largamente empregado em escravos, no luxo desordenado da vida senhorial; as propriedades, com extinção dos vínculos passaram das antigas famílias da terra, por hipoteca ou pagamento de dívidas, para outras mãos; e os descendentes dos antigos morgados e senhores acham-se reduzidos à mais precária condição imaginável, na Bahia, no Maranhão, no Rio e em Pernambuco, obrigados a recolher-se aí grande asilo da fortunas desbaratadas pela escravidão, que é o funcionalismo público. Se, por acaso, o Estado despedisse todos os seus pensionistas e empregados, ver-se-ia a situação real a que escravidão, reduziu os representantes das famílias que a exploraram no século passado e no atual, isto é, como ela liquidou-se quase sempre pela bancarrota das riquezas que produziu.²⁰

Evidentemente, Nabuco não opera com o conceito de parasitismo, porém suas conclusões são bastante semelhantes às posteriormente elaboradas por Bomfim, ele sim utilizando o conceito de parasitismo. O grupo senhorial se degenera ao depender da exploração do trabalho do escravo e ao mesmo tempo causa a degradação dos grupos escravizados. As análises de Bomfim e Nabuco são também semelhantes no tocante aos efeitos da escravidão sobre o país, sobre as populações livres e escravizadas.

Nabuco escreve *O Abolicionismo* cinco anos antes da assinatura do Decreto Imperial que colocaria fim a escravidão no Brasil, porém ele já colocaria em pauta

¹⁹ NABUCO, Joaquim. **Op. Cit.** p. 94.

²⁰ NABUCO, Joaquim. **Op. Cit.** p. 137.

questões fundamentais para depois do encerramento da escravidão. Denotando simultaneamente, por assim dizer, seu baixo apreço pelas populações negras, diz ele:

O abolicionismo, porém, não é isso e não se contenta com ser o advogado *ex officio* da porção da raça negra ainda escravizada; não reduz a sua missão a promover e conseguir – no mais breve prazo possível – o resgate dos escravos e dos ingênuos. Essa obra – de reparação, vergonha ou arrependimento, como queiram chamar – da emancipação dos atuais escravos e seus filhos é apenas tarefa imediata do abolicionismo. Além dessa, há outra maior, a do futuro: a de apagar todos os efeitos de um regime que, há três séculos, é uma escola de desmoralização e inércia, de servilismo e irresponsabilidade para a casta dos senhores, e que fez o Brasil o Paraguai da escravidão.

Quando mesmo a emancipação total fosse decretada amanhã, a liquidação desse regime daria lugar a uma série de questões, que só poderiam ser resolvidas de acordo com os interesses vitais do país pelo mesmo espírito de justiça e humanidade que dá vida ao abolicionismo. Depois que os últimos escravos houverem sido arrancados ao poder sinistro que representa para a raça negra a maldição da cor, será ainda preciso debastar por meio de uma educação viril e séria, a lenta estratificação de trezentos anos de cativoiro, isto é, de despotismo, superstição e ignorância.²¹

Nabuco indica que a abolição, para ser completa, necessitaria de um programa para inclusão dos ex-escravos e seus descendentes a nova ordem – a do trabalho livre. Com efeito, mesmo demonstrando baixo apreço pela população negra, Nabuco defende que deixá-las à própria sorte não seria produtivo ao país e ao contrário, investir nelas seria o recomendável. Por sua vez, Bomfim, que escreve após a assinatura do Decreto Imperial que pôs fim a escravidão, pôde observar que nenhuma das recomendações de Nabuco foi adotada, ou seja, a população de ex-escravos e seus descendentes foram deixados à sua própria sorte. Sobre tal situação escreveu Bomfim:

Havia a escravidão, mas reconheciam todos que, sobre ser uma injustiça ignóbil, a permanência dessa instituição era também um obstáculo ao progresso econômico do país, e que nesta hora não pode haver prosperidade com o trabalho escravo. ‘É preciso que o trabalho seja livre’; e foi isto unicamente que todos pediam, absolutamente certos de que fora o bastante dizer em lei que o trabalho é livre, para que se estabelecesse o regime de um trabalho. Ninguém se deteve a examinar o caso e procurar os meios eficazes de se fazer a transformação na produção. Não viam, sequer, que o trabalho livre deve ser inteligente e aperfeiçoado, e que era mister, antes de mais nada, educar o trabalhador, instruí-lo, levar o produtor a melhorar os seus processos, meio único de compensar a *barateza* do trabalho escravo que se perdia. Decretou-se a libertação, e foram-se todos, considerando a reforma como acabada; (...)²²

Bomfim, ao ver como se deu abolição, observa que nada se fez para inserir o ex-escravo na nova ordem. Alves Filho, percebe bem que a insistência do ensaísta sergipano no tema da educação popular se dá porque ele a vê como uma das formas

²¹ NABUCO, Joaquim. **Op. Cit.** p. 27-28.

²² BOMFIM, Manoel. **Op. Cit.** p. 169.

mais eficazes de incluir de modo efetivo na vida social os ex-escravos e seus descendentes. Ou seja, Bomfim retoma a proposta de Nabuco.

Tanto Nabuco quanto Bomfim acabam indicando que a abolição desacompanhada de políticas públicas de auxílio a população de ex-escravos e seus descendentes teria efeitos nefastos tanto a essas pessoas quanto ao país. Essas pessoas, advindas da socialização na escravidão, possuíam, em função desta herança cultural, dificuldades de movimentação no mundo do trabalho livre. Esta dificuldade, resultado da herança cultural na opinião dos autores aqui tratados, em especial na de Bomfim, era pensada em termos de condição racial por seus contemporâneos. De certa maneira, Nabuco concorda em parte com a dificuldade de adaptação da população de ex-escravos e seus descendentes ao trabalho livre, ao “mundo civilizado” ser de origem racial, porém ele indica que a educação pode solucionar este problema.

Logo, ambos acabam por apontar para inserção “defeituosa” dos ex-escravos e seus descendentes na ordem do trabalho livre em função de uma herança cultural advinda da escravidão, mais do que um defeito racial. Este é em especial o ponto de vista de Bomfim. Matéria retomada e bastante trabalhada por Florestan Fernandes posteriormente, no que diz respeito às populações negras.²³

Manoel Bomfim, desta feita, ao analisar a escravidão, está bastante dentro daquilo aqui denominado de pensamento hegemônico, ou seja, ele está andando junto com os estabelecidos. O que permite pensar se de fato Bomfim era tão *outsider* quanto seus analistas propõem. No que diz respeito à avaliação da escravidão, Bomfim não é tão *outsider* como o é ao tratar de outras temáticas.

Considerações finais.

Manoel Bomfim encontra na escravidão a melhor expressão da lógica parasitária, na qual um grupo vive ou sobrevive exclusivamente da exploração de outro ou outros. O viver parasitário estaria em concordância com o *ethos* dos colonizadores – o de colher sem plantar –, porém tal atitude tem um “preço”. Este “preço” seria tanto a atrofia dos grupos senhoriais quanto a degradação dos grupos escravizados.

²³ Pensa-se, entre outras obras, em A integração do negro na sociedade de classes e O negro no mundo dos brancos.

Os grupos senhoriais perdem, entre outras coisas, sua capacidade criativa, empreendedora, modernizadora, fixando-se apenas na exploração dos grupos submetidos. Os grupos submetidos entram num processo de degradação no sentido de não desenvolverem em grande monta um apreço pelo trabalho e também pelo empreendedorismo, etc., pois elas não podem gozar do fruto do seu trabalho, já que aquele é expropriado pelos grupos senhoriais.

De tal situação construiu-se na América Latina e, em especial no Brasil, uma visão extremamente negativa do trabalho. O trabalho mecânico como algo degradante. Esta visão era generalizada, todos evitavam este tipo de trabalho, sempre que possível. Contudo, muitos letrados contemporâneos de Bomfim percebiam esta característica exclusivamente no povo devido a suas origens raciais. E é neste ponto surge uma discordância forte de Bomfim para com a maioria de seus contemporâneos: ele não percebe a origem racial, seja ela, negra, indígena ou mestiça como a responsável por tal situação. A aversão do povo, mas não só dele, ao trabalho era para Bomfim resultado da escravidão e do sistema escravista. Com esta perspectiva Bomfim se distancia do pensamento hegemônico da época, posto a localizar na raça a matriz primeira e última dos problemas brasileiros por um lado. Porém, de outro lado, permanece ainda bastante perto do denominado pensamento hegemônico ao localizar na escravidão e no sistema escravista uma das matrizes, senão a matriz dos problemas brasileiros. Como visto tal perspectiva coaduna com as análises de Nabuco.

Bomfim, de modo semelhante a Nabuco, percebe que o problema do “atraso” do Brasil e também da América Latina está na forma como estes países se formaram, se constituíram como nações. Eles se construíram sob a lógica e o *ethos* da escravidão e isso proporcionou uma inserção “defeituosa” a “civilização” dos países como um todo. E neste contexto os grupos escravizados têm um processo de socialização e inserção social ainda mais “defeituoso”. Logo, Bomfim, caminhando na trilha de Nabuco, mas avançando, pois este ainda apresentava a origem racial como uma das razões do “atraso brasileiro”. O ensaísta sergipano percebe o “problema do atraso” do Brasil como resultado de escolhas, de políticas públicas equivocadas ao longo de séculos e não como um problema racial. A composição racial do país não seria um problema em si, mas sim a forma como estes grupos foram “inseridos” na “civilização”. Para Bomfim a ré, a

culpada pelo “atraso” deixa de ser a raça e passa a ser a escravidão e seus efeitos sobre a sociedade brasileira e latino-americana.

Referências:

AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim** Rio de Janeiro : Topbooks/ANPOCS, 2000.

ALVES FILHO, Aluizio. **Pensamento político no Brasil. Manoel Bomfim um ensaísta esquecido.** Rio de Janeiro : Achiamé/Socii, 1979.

_____. **Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical.** São Paulo : Expressão Popular, 2008.

BOMFIM, Manoel. **América Latina males de origem.** 4.^a ed.. Rio de Janeiro : Topbooks, 1993.

_____. **América Latina males de origem.** Edição do Centenário. Rio de Janeiro : Topbooks, 2005.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Joaquim Nabuco e a política. . In. **Revista Tempo Brasileiro.** Jan-Mar. N.º 140 : Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro Editora, 2000. p.55-74.

ELIAS, Norbert. **Os estabelecidos e os outsiders. Sociologia das ralções de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro : Jorge Zahar Editor Ltda., 2000.

GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, “pensador da História” na Primeira República. In. **Revista Brasileira de História.** São Paulo : ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 23, n.º 45, 2003. p. 129-154.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 26.^a ed. São Paulo : Cia. das Letras, 1995.

LEITE, Dante Moreira. **O caráter nacional Brasileiro. História de uma ideologia.** 6.^a ed. rev.. São Paulo : Editora UNESP, 2002.

LIMA, Luiz Costa. Joaquim Nabuco e a critica literária. In. **Revista Tempo Brasileiro.** Jan-Mar. N.º 140 : Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro Editora, 2000. p. 97-112.

MELLO, Evaldo Cabral de. Joaquim Nabuco. In. **Revista Tempo Brasileiro.** Jan-Mar. N.º 140 : Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro Editora, 2000. p. 5-30.

- MORICONI, Ítalo. Interfaces da Formação. In. **Revista Tempo Brasileiro**. Jan-Mar. N.º 140 : Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro Editora, 2000. p. 113-136.
- NABUCO, Joaquim. **O abolicionismo**. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2003.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. De tensões, dialética e antinomias: o encontro de Nabuco com a política. . In. **Revista Tempo Brasileiro**. Jan-Mar. N.º 140 : Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro Editora, 2000. p. 75-96.
- OLIVEIRA, Franklin. Manoel Bomfim, o nascimento de uma nação. In: BOMFIM, Manoel. **América Latina males de origem**. Edição do Centenário. Rio de Janeiro : Topbooks, 2005. p. 11 – 22.
- RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. **América Latina males de origem**. Edição do Centenário. Rio de Janeiro : Topbooks, 2005. p. 23-30.
- SALLES, Ricardo. Joaquim Nabuco e a frustração da nação abolicionista. . In. **Revista Tempo Brasileiro**. Jan-Mar. N.º 140 : Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro Editora, 2000. p 31-54.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientista, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930**. São Paulo : Cia. das Letras, 1993.
- SEYFERTH, Giralda. A colonização e a questão racial nos primórdios da República. In: SALGUEIRO, Maria Aparecida Andrade. **A República e a Questão do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro : Museu da República, 2005. p 27- 46.
- _____. Construindo a nação: Hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura (org.). **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro : Editora Fiocruz/CCBB, 1996. p. 41-58.
- SKIDMORE, Thomas. **Preto no Branco, raça e nacionalidade no pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.
- SODRÉ, Nelson Werneck. **A ideologia do colonialismo. Seus reflexos no pensamento brasileiro**. 2. ed.. Rio de Janeiro : Editora Civilização Brasileira, 1965.
- TODOROV, Tzvetan. **Nós e os Outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana**. Vol. 1. Rio de Janeiro : Jorge Zahar editor, 1993.

TORRES, Alberto. **O problema nacional brasileiro : introdução a um programa de organização nacional.** 4.^a ed.. São Paulo : Editora Nacional ; Brasília : Editora da Universidade de Brasília, 1982.

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Vol. 1. Brasília, DF : Editora da Universidade de Brasília : São Paulo : Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 1999.

_____. **Ensaio de sociologia.** 5.ed.. Rio de Janeiro : LTC Editora S.A., 2002.